



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 20, DE 05 DE AGOSTO 2025.**

*Alteram-se as Leis Complementares nº 275, de 14 Fevereiro de 2023, nº 53, de 18 de Março de 2009 e nº 52, de 18 de Março de 2009.*

O Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**Art. 1º** Fica acrescido o inciso III e redefinido a redação do parágrafo 1º e 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 275, de 14 fevereiro de 2023 com a seguinte redação:

**Art 3º (...)**

**(...)**

**III - Assessoria Jurídica Legislativa;**

**§ 1º - Assessoria Jurídica Administrativa e Assessoria Jurídica Legislativa;**

**§ 2º - O cargo de Assessor Jurídico Administrativo será provido em caráter efetivo.**

**Art. 2º** Fica redefinido a redação do Capítulo III da Lei Complementar nº 275, de 14 fevereiro de 2023 com a seguinte redação:

**CAPÍTULO III**

**DO PROCURADOR GERAL**

**Art. 3º** Fica redefinido a redação do Capítulo IV da Lei Complementar nº 275, de 14 fevereiro de 2023 com a seguinte redação:

**CAPÍTULO IV**

**DA ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA**

**Art. 4º** Fica redefinido a redação do inciso XII e o parágrafo único, ambos do art. 6º da Lei Complementar nº 275, de 14 fevereiro de 2023 com a seguinte redação:

**Art. 6º (...)**

**(...)**

**XII - subsidiar a Assessoria Jurídica Administrativa nos assuntos jurídicos e desempenhar outras funções correlatas;**

**(...)**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

***Parágrafo único.** Será atribuído a Assessoria Jurídica Administrativa o assessoramento do Procurador Geral e substituição na sua ausência temporária ou definitiva e de impedimento.*

**Art. 5º** A redação dos arts. 7º, 8º e 9º, 12, 13 da Lei Complementar nº 275, de 14 fevereiro de 2023 com a seguinte redação:

***Art. 7º** O cargo de Assessor Jurídico Administrativo será provido em caráter efetivo, após prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, obedecendo-se, no ato de nomeação, à ordem classificatória.*

***Art. 8º** O cargo de Assessor Jurídico Administrativo tomará posse perante o Presidente da Câmara e o Procurador-Geral, mediante compromisso formal de estrita observância das leis, respeito às instituições democráticas e cumprimento dos deveres inerentes ao cargo.*

***Art. 9º** São atribuições do cargo de Assessor Jurídico Administrativo:*

***Art. 12.** São deveres da Assessoria Jurídica Administrativa:*

***Art. 13.** O Procurador Geral editará Resolução que regulamente a presente lei naquilo que for necessário ou omissa, podendo inclusive delegar ou avocar atribuições de competências da Assessoria Jurídica Administrativa e Assessoria Jurídica Legislativa.*

**Art. 6º** Acrescenta-se o Capítulo IV.I com os arts. 9º-A, 9º-B e 9º-C a da Lei Complementar nº 275, de 14 fevereiro de 2023 com a seguinte redação:

**CAPÍTULO IV.I**

**DA ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA**

***Art. 9-A.** O cargo de Assessoria Jurídica Legislativa será escolhido dentre advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil e nomeados pelo Presidente da Câmara.*

***Art. 9º-B** Dentre as funções típicas de assessoramento jurídico legislativo, inclui-se ainda:*

***I** - Assessorar juridicamente os vereadores e órgãos da Câmara Municipal na elaboração, análise e revisão de proposições legislativas, como projetos de lei, emendas, requerimentos e indicações.*

***II** - Emitir pareceres jurídicos opinativos sobre matérias legislativas e administrativas, com foco na legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, sempre em caráter de assessoramento.*



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

**III - Prestar suporte jurídico à Mesa Diretora e às comissões permanentes, auxiliando na condução dos trabalhos legislativos e na tomada de decisões estratégicas.**

**IV - Acompanhar sessões plenárias e reuniões de comissões, prestando assessoramento jurídico em tempo real, quando solicitado.**

**V - Orientar juridicamente os atos administrativos da Câmara, como contratos, convênios, licitações e processos internos, sempre em caráter consultivo.**

**VI - Assessorar na interpretação e aplicação de normas legais e regimentais, contribuindo para a conformidade dos atos da Câmara com o ordenamento jurídico.**

**VII - Participar da elaboração de notas técnicas, estudos e pareceres jurídicos, quando demandado por autoridade competente, com foco em subsidiar decisões políticas e administrativas.**

**VIII - Colaborar com a formulação de estratégias jurídicas institucionais, em articulação com a Procuradoria da Câmara, quando houver.**

**Art 9º-C** A Assessoria Jurídica Legislativa no que couber deve auxiliar a Procuradoria da Câmara Municipal.

**Art. 7º** Fica acrescido ao inciso II no quadro de cargos em comissão do art. 1º da Lei Complementar nº 53, de 18 março de 2009 com a seguinte redação:

**Art. 1º (...)**

**II - Cargos e comissão:**

Nº	CARGOS	NÍVEL
(...)	(...)	(...)
01	Assessoria Jurídica Legislativa	CCJUR

**Art. 8º** O Anexo I da Lei Complementar nº 53, de 18 março de 2009, referente ao cargo de assessor jurídico administrativo e parlamentar fica alterado com a seguinte redação:

**- ASSESSOR JURÍDICO ADMINISTRATIVO**

**Art. 9º** Fica alterado a Tabela B - Servidores Comissionados do Anexo III e as referências da Lei Complementar nº 53, de 18 março de 2009, com a seguinte redação:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

*Servidores comissionados:*

<i>Nível</i>	<i>Referência Salarial</i>	<i>Carga horária</i>
<i>CCS</i>	<i>(...)</i>	<i>25h semanais</i>
<i>CCJUR</i>	<i>R\$ 9.000,00</i>	<i>25h semanais</i>

*Servidores efetivos:*

<i>CALC</i>	<i>Atividade de nível médio, com ensino fundamental incompleto - Cargo de Auxiliar Limpeza e Cozinha</i>	<i>25h semanais</i>
<i>CAA</i>	<i>Atividade de Nível Médio Completo - Cargo de Assistente Administrativo e Cerimonial, Assistente Legislativo</i>	<i>25h semanais</i>
<i>CACON</i>	<i>Atividade de nível superior - cargo efetivo - Contador</i>	<i>20h semanais</i>
<i>CAIMP</i>	<i>Cargo Efetivo de nível Superior - Assessor de Imprensa e Comunicação -</i>	<i>25h semanais</i>
<i>CAJUR</i>	<i>Cargo Efetivo de Nível Superior - Assessor Jurídico Administrativo</i>	<i>25h semanais</i>

§ 1º A redução da carga horária estabelecida neste artigo não implicará em diminuição da remuneração dos servidores.

§ 2º Caso seja revogada a redução prevista no caput, a carga horária será restabelecida conforme anteriormente estipulado, sem alteração na remuneração, salvo se o novo regime de trabalho implicar aumento da carga horária em relação à anterior, hipótese em que poderá haver adequação proporcional da remuneração.

**Art. 10.** Fica acrescido no item 2 - Comissionados o item III na Lei Complementar nº 53, de 18 março de 2009, com a seguinte redação:

*2 - Comissionados:*

*(...)*

*III - Assessor Jurídico Legislativo (nível superior completo):*

*Dentre as funções típicas de assessoramento jurídico legislativo, inclui-se ainda:*



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

- a) assessorar juridicamente os vereadores e órgãos da Câmara Municipal na elaboração, análise e revisão de proposições legislativas, como projetos de lei, emendas, requerimentos e indicações.*
- b) emitir pareceres jurídicos opinativos sobre matérias legislativas e administrativas, com foco na legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, sempre em caráter de assessoramento.*
- c) prestar suporte jurídico à Mesa Diretora e às comissões permanentes, auxiliando na condução dos trabalhos legislativos e na tomada de decisões estratégicas.*
- d) acompanhar sessões plenárias e reuniões de comissões, prestando assessoramento jurídico em tempo real, quando solicitado.*
- e) orientar juridicamente os atos administrativos da Câmara, como contratos, convênios, licitações e processos internos, sempre em caráter consultivo.*
- f) assessorar na interpretação e aplicação de normas legais e regimentais, contribuindo para a conformidade dos atos da Câmara com o ordenamento jurídico.*
- g) participar da elaboração de notas técnicas, estudos e pareceres jurídicos, quando demandado por autoridade competente, com foco em subsidiar decisões políticas e administrativas.*
- h) colaborar com a formulação de estratégias jurídicas institucionais, em articulação com a Procuradoria da Câmara, quando houver.*

**Art. 11.** Fica alterado o art. 23 e seu parágrafo primeiro da Lei Complementar nº 52 de 18 de março de 2009, com a seguinte redação:

**Art. 23.** *O horário normal de trabalho da administração geral da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz fica estabelecido entre segunda-feira à sexta-feira, das 13h às 18h, sendo que dos dias de sessões será das 13h às 20h.*

**§ 1º** *Nos dias das sessões, caso haja o término da sessão antes das 20h, os funcionários ficarão dispensados do cumprimento do restante do horário.*

**Art. 13.** A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, 5 de agosto de 2025.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

**JULIO JACOB BROERING NETO**  
Presidente

**RICARDO PASSIG TURNES**  
Vice-Presidente

**ANDRÉ LUIZ AMARAL  
DAUFENBACH**  
Primeiro-Secretário

**ANDERSON MACHADO**  
Segundo-Secretário